

	Custo Histórico	Depreciação		Valor Líquido Contábil	
		Taxa	Valor	2009	2008
IMOBILIZADO	277.175.989,93			162.812.545,37	141.611.024,50
BENS MÓVEIS	16.539.257,52		9.914.576,51	6.624.681,01	6.038.551,35
Móv.Utensílios e Inst.Comerciais	7.668.897,57	10%	4.545.677,36	3.123.220,21	3.600.971,14
Veículos	270.125,88	20%	263.690,41	6.435,47	12.567,40
Equip.Máq.e Inst.Industriais	7.087.310,46	10%	4.987.577,40	2.099.733,06	2.368.846,84
Equip.Tecnol.da Informação	1.456.757,64	20%	117.631,34	1.339.126,30	-
Bens Proc.de Baixa	56.165,97		-	56.165,97	56.165,97
BENS IMÓVEIS	260.636.732,41		97.551.102,45	156.187.864,36	135.572.473,15
Edifícios e Construções	39.826.345,89	4%	28.468.928,63	11.357.417,26	12.437.125,95
Terrenos	1.340.419,55		-	1.340.419,55	1.340.419,55
Edific.Obras de Natureza Industrial	182.016.661,28	3,3%	75.979.939,42	106.036.721,86	110.914.012,48
Imobilizações em Curso	37.453.305,69		-	37.453.305,69	10.880.915,17

Na conta **Imobilizações em Curso** estão incluídos saldos referentes as aplicações efetuadas no Terminal Portuário de Outeiro, ex-Sotave, remanescentes de exercícios anteriores. A imobilização desses valores, decorrentes de gastos determinados pelos convênios 013/02 e 006/05, depende de análise por parte de órgãos ministeriais com a finalidade de definir sua propriedade, se da União ou se da CDP. Consta, também, desta conta valores de outras obras em andamento.

NOTA 6 – PASSIVO CIRCULANTE

6.1 – Obrigações Fiscais e Trabalhistas referem-se aos tributos e encargos a recolher sobre o faturamento e sobre a folha de pagamento como: COFINS, PASEP/ISS, INSS, FGTS, etc.

6.2 – Dividendos e Participações aos Empregados está previsto no Estatuto da Companhia e na legislação societária que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos, dos quais no máximo de 25% deve ser destinado aos empregados. Assim, a CDP, no encerramento do exercício 2009, registra tais provisões no valor mínimo obrigatório e considerando também o índice de metas pré-estabelecidas.

6.3 – Provisões totalizam os valores relativos as férias apuradas de forma proporcional ao período aquisitivo, acrescidos dos encargos sociais respectivos.

NOTA 7 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

7.1 – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

7.1.1 – Contingências, em observância ao princípio contábil da prudência e com base em posicionamento jurídico, a CDP provisionou processos trabalhistas que, ainda em fase de andamento ou execução, apresentam possibilidades remotas de êxito. Além das causas trabalhistas, também foi provisionado o valor de R\$750.000,00 referente ao processo que a Companhia move contra o Banco da Amazônia S/A, para reaver recursos financeiros de aplicações em fundos custodiados pelo Banco Santos, cuja intervenção, em 16/11/2004, levou ao bloqueio dos resgates daqueles fundos, registrados no realizável a longo prazo. Tramitam contra a Companhia outros processos judiciais nas áreas civil e tributária, que não foram provisionados por não haver ainda definição quanto aos seus valores.

7.1.2 – Credores por Transferência de Recursos são valores representativos de obrigações consolidadas do Terminal Portuário de Outeiro (R\$ 11.531.277,09) e do Porto de Vila do Conde (R\$ 10.936.263,17), decorrentes do Convênio 006/2005 e do Contrato de Operação Compartilhada 34/1994, respectivamente.

7.2 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.2.1 – Capital Social é formado da incorporação de recursos recebidos da União foi aumentado em R\$ 8.223.910,27, por deliberação da Assembléia Geral, de 23 de abril de 2009 totalizando, em 31 de Dezembro, R\$ 169.807.094,65. E representado por 2.047.786.413 ações, sem valor nominal, sendo 1.023.893.207 ações ordinárias e 1.023.893.206 ações preferenciais. As ações preferenciais, sem direito a voto são inconvertíveis em ordinárias, porém asseguram a seus detentores prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição do dividendo obrigatório.

7.2.2 – Reservas de Lucros composta pela **Reserva Legal**, que com base nos Art.26 e 27 do Estatuto da Companhia foi acrescida em 5% do lucro. Os Lucros Acumulados de exercícios anteriores retidos foram totalmente destinados à projetos constantes do PPA – Plano Plurianual de Investimentos passando a constituir **Reserva de Investimentos**, a ser aprovada pela Assembléia Geral Ordinária, de acordo com a legislação vigente e Parecer nº 523/GEAFE/COREF/STN, de 09/04/2008.

7.2.3 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Tais ajustes decorrem basicamente do aprimoramento das práticas contábeis estando em 31/12/2009 assim compostos:

	2009	2008
Ajustes de Receitas	(2.598.118,65)	(243.882,71)
Reclassificação de Despesas	224.144,64	742.424,12
Baixa de devedores de exerc.anteriores	-	194.274,22
T O T A L	2.373.974,01	692.815,63

7.2.4 – Resultado do Exercício consolida os resultados do exercício das unidades administradas e conveniadas, cujos reflexos 2008 e 2009, foram:

UNIDADES	2009	2008
CDP (todos os portos)	4.846.883,03	2.271.479,19
Outeiro	(2.331.665,28)	(1.223.322,69)
AHIMOR	-	(64.638,48)
AHITAR	-	(41.947,82)
T O T A L	2.515.217,75	941.570,20

NOTA 8 – DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA E DO VALOR ADICIONADO

A Companhia desde 2006, á título de informação complementar, já elaborava e divulgava a demonstração dos fluxos de caixa e a do valor adicionado, antes mesmo da sua obrigatoriedade.

Todavia algumas alterações estruturais de apresentação foram efetuadas, em decorrência do que dispõe o pronunciamento técnico CPC 03.

NOTA 9 – BALANÇO SOCIAL

A Companhia pelo quarto ano consecutivo faz a divulgação do Balanço Social que, também, a título de informativo complementar, vem dar transparência as suas ações e investimentos no social realizados a cada período, demonstrando postura de comprometimento para com o meio e a sociedade onde está inserida.

NOTA 10 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Na forma do Art. 3º do Decreto nº 95524, de 21 de dezembro de 1987, foram registrados os valores demonstrados abaixo como, maior e menor, remuneração paga aos administradores e empregados com base em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

REMUNERAÇÃO		2009	2008
Administradores	Maior	15.690,00	15.000,00
	Menor	14.905,50	14.500,00
Empregados	Maior	29.449,93	17.752,59
	Menor	681,37	744,12
Valor Médio		4.556,75	3.999,72

DELIBERAÇÃO Nº 01/2010 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, no uso das atribuições legais e estatutárias e, de acordo com a deliberação tomada na 384ª reunião ordinária realizada nesta data na cidade de Belém-PA, **DELIBERA:** Manifestar-se favoravelmente sobre o Relatório da Administração e as Contas da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, com base nos Pareceres das Auditorias Interna e Externa e do Conselho Fiscal da CDP. Belém (PA), 26 de fevereiro de 2010. **OLIVIO ANTONIO PALHETA GOMES - Presidente em exercício do Conselho de Administração/CDP.**

PARECER SOBRE RELATÓRIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, com base no parecer da Auditoria Externa "Audiva Auditores Independentes" e mediante parecer da Auditoria Interna da Companhia, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da CDP, estando assim, em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas. Belém (PA), 04 de março de 2010. **MARCOS JOSÉ PEREIRA DAMASCENO - Presidente do CONFIS, MARIA AUXILIADORA D. CARVALHO - Membro, ARTHUR DUTRA DE MORAES HORTA - Membro.**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP levantado em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pela Lei 11.638/07 e alterações posteriores. Aplicando as mesmas práticas contábeis, examinamos o Balanço Social elaborado pela Companhia, embora não exigido pela legislação vigente. As Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram, em 13 de março de 2009, Parecer sem ressalvas. **AUDIVA - AUDITORES INDEPENDENTES - CRC-RJ 896 - CNPJ: 27.281.229/0001-06 - ANTONINO R. PEREZ - Contador - CRC-RJ 054781-8.**

SANTA IZABEL ALIMENTOS LTDA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 81475

Santa Izabel Alimentos LTDA, CNPJ 03.779.994/0005-08, localizada em Santa Izabel do Pará, torna público que requereu à SEMA a Outorga de uso de recurso hídrico, processo n. 010/6005.

Santa Izabel Alimentos LTDA, CNPJ 03.779.994/0008-50, torna público que requereu à SEMMA de Marabá, a renovação da Licença de Operação, para as atividades de fabricação de ração animal, criação de pintos para corte, e produção de pintos de um dia.



A Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás torna público que requereu, em 11/03/2010, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/PA, a Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação (LP+LI), para a Rodovia Municipal de Canaã dos Carajás, localizada no município de Canaã dos Carajás, no estado do Pará.
Não foi determinado estudo de impacto ambiental.



A Vale S.A. torna público que requereu, em 10/03/2010, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/PA, a Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação (LP+LI) e Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), para as Instalações de Apoio Sudeste do Pará, localizadas no município de Canaã dos Carajás, no estado do Pará.
Não foi determinado estudo de impacto ambiental.